

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Protocolo nº 124/2023 (144/2023 e 167/2023).

Trata-se de Recurso Administrativo interposto pela Licitante AVANTEC ENGENHARIA LTDA, representada pelo Sr. Thiago Eugenio de Melo, contra decisão da Comissão Permanente de Licitação que habilitou a empresa AMÉRICA LATINA ENGENHARIA LTDA, no Procedimento Licitatório na modalidade Concorrência nº 002/2022.

Vieram os autos ao Gabinete do Prefeito, para deliberação final;

É o necessário relatório;

Decido.

Sabe-se que todos os atos da Administração Pública devem ser motivados/fundamentados, sob pena de nulidade;

No caso concreto, determinei que os autos do presente processo administrativo fosse encaminhado à Procuradoria Geral do Município de Irupi, que lavrou o Parecer Jurídico;

Logo, por entender corretas e precisas as análises técnicas contidas na referida peça, **APROVO** o parecer e adoto as razões nele contidas como motivação da presente decisão, para todos os efeitos legais;

Sobre a possibilidade de utilização do parecer jurídico como parte integrante da decisão administrativa, para fins de fundamentação, transcreve-se o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

[...] 4. A autoridade julgadora pode acatar o parecer de sua Consultoria Jurídica, servindo aquele como elemento integrador do ato demissionário, sem que isso vicie o procedimento administrativo realizado. MS 8.496/DF, Rel. Ministro HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 10/11/2004, DJ 24/11/2004, p. 225. Grifou-se

Ademais, com o advento do Decreto nº. 9.830/19, o tema se encontra pacificado:

Art. 2º Omissis

§3º A motivação poderá ser constituída por declaração de concordância com o conteúdo de notas técnicas, pareceres, informações, decisões ou propostas que precederam a decisão.

Ante o exposto, seguindo entendimento da Assessoria Jurídica, acompanhando o entendimento da área técnica, **DECIDO** pelo provimento do presente Recurso para inabilitar a empresa AMÉRICA LATINA ENGENHARIA LTDA, ratificando a decisão da Comissão Permanente de Licitação, nos termos do Parecer Jurídico.

Irupi/ES, 18 de julho de 2023.

EDMILSON MEIRELES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Rua Jalmas Gomes de Freitas, 151, Centro, Irupi – Espírito Santo
028 3548 1101 – gabinete@irupi.es.gov.br



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: CCC4-65FC-FD2A-D822

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



EDMILSON MEIRELES DE OLIVEIRA (CPF 813.XXX.XXX-72) em 18/07/2023 17:42:24 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: AC DIGITALSIGN RFB G2 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://irupi.1doc.com.br/verificacao/CCC4-65FC-FD2A-D822>